

# Capital terá duas obras para contenção de cheias

Região do Aeroporto Salgado Filho e bairro Guarujá receberão melhorias

/ INFRAESTRUTURA

Cláudio Isaías

isaiaasc@jcrs.com.br

Dois obras emergenciais foram anunciadas pelo prefeito Sebastião Melo para contenção de cheias nas Zonas Norte e Sul de Porto Alegre. Com um investimento previsto de R\$ 30 milhões, os trabalhos serão feitos na Zona Norte e na área do Aeroporto Internacional Salgado Filho contra cheias ainda este ano. A previsão é que os trabalhos sejam concluídos no segundo semestre de 2026.

A prefeitura da Capital busca uma solução para os pôlderes 7 e 8, ao lado da BR-290, a Freeway, para ampliar a proteção à região Norte da Capital e ao aeroporto - que foi duramente atingido na enchente de 2024. O anúncio de Melo foi feito nesta quinta-feira durante a apresentação dos investimentos em prevenção e proteção de Porto Alegre realizado no auditório da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (Smamus).

O prefeito de Porto Alegre disse que a cidade está muito mais protegida e que obras imediatas estão sendo realizadas pelo município de forma emergencial. Melo destacou um plano de investimentos tripartite (governos federal, estadual e municipal) envolvendo cerca de R\$ 6 bilhões para drenagem e reforço de diques.

Melo disse ainda que, para a realização das obras emergenciais, a prefeitura abriu tratativas para tentar contar com a ajuda do Exército. “A ideia é contratar o serviço do Exército brasilei-



PEDRO PIEGAS/ PMPA/DIVULGAÇÃO/JC

Melo detalhou os investimentos nas intervenções emergenciais

ro. Caso eles não possam fazer a obra, vamos para a iniciativa privada”, destacou o prefeito. Em relação à Zona Sul de Porto Alegre, o projeto consiste na instalação de uma proteção móvel com cerca de 300 metros de extensão preenchida com areia na região do Arroio Guarujá, ao custo estimado de R\$ 540 mil.

O diretor-geral do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (Dmae), Vicente Perrone, disse que estão previstas obras como solução imediata no Arroio Areia, com o fechamento das galerias que levam a água da chuva para o rio Gravataí. O volume é represado na área alagável. No arroio Passo das Pedras, será feita a construção de um dique, com 100 metros de extensão, entre o curso d'água e o rio Gravataí. Também haverá a colocação de bombas submersíveis que vão retirar a água da área alagável para fora do dique, em direção ao rio Gravataí.

Segundo a meteorologista Na-

tália Pereira, da Catavento Meteorologia, a previsão do International Research Institute for Climate and Society (IRI) é que o mês de abril apresente cerca de 70% de probabilidade do fenômeno El Niño no trimestre abril-maio-junho. Como resposta ao evento, as previsões indicam anomalias positivas de precipitação no trimestre agosto-setembro-outubro em todo o Rio Grande do Sul, com os meses de setembro e outubro atingindo valores de 100 e 150 mm acima da média histórica.

Conforme Perrone, a solução definitiva proposta pelo Dmae prevê uma estrutura permanente criada para reter a água da chuva acumulada nas bacias dos arroios. Com relação à drenagem urbana, estão previstas duas novas casas de bombas que vão retirar a água acumulada na bacia de amortecimento em direção ao Rio Gravataí. “O impacto é a execução mais célere, mais barata e sem necessidade imediata de acolhimento de famílias”, destaca.

## Grandes acumulados de chuva precedem o frio no RS

/ CLIMA

A MetSul Meteorologia adverte para o risco de chuva volumosa nesta sexta-feira em boa parte do Rio Grande do Sul. O tempo fica instável com precipitação, sobretudo, na faixa central desde São Borja até o Litoral Norte. Pulsos de chuva moderada a forte ocorrerão em vários momentos do dia gerando acumulados altos.

Os modelos projetam volumes ao redor de 50 a 100 mm na

faixa central de Oeste a Leste do Estado. Pontualmente não se destaca acumulado maior. Nos extremos Norte e Sul, a previsão é de pouca chuva. A temperatura varia pouco ao longo do dia e predomina um padrão de outono com máximas na faixa de 22 a 24°C. Na divisa com Santa Catarina poderá esquentar mais com até 29°C.

Em Porto Alegre e na Região Metropolitana, o tempo fica chuvoso com alguns intervalos de melhorias. O acumulado de pre-

cipitação poderá chegar a 50 mm em alguns pontos da região com potencial para alagamentos. O tempo úmido favorece pouca variação térmica. No sábado, o tempo fica nublado com pancadas de chuva que alternam com melhorias. A expectativa é de chuva fraca. No domingo poderá ter garoa pela manhã com sol e variação de nuvens a tarde. A próxima semana terá frio com mínimas próximas ao 0°C no Estado e na casa dos 10°C na Capital.

## Sem lugar para detentos, Polícia Civil alerta risco de suspensão de operações

/ SEGURANÇA PÚBLICA

Jamil Aiquel

jamil@jcrs.com.br

A segurança pública gaúcha tem enfrentado um cenário de colapso operacional com a superlotação de delegacias em Porto Alegre e na Região Metropolitana. Nos últimos dias, detentos estão sendo mantidos em instalações improvisadas e até mesmo em viaturas.

O estopim da crise foi uma decisão judicial proferida no dia 17, pela juíza Fabiana Pagel da Silva, que proibiu o ingresso de novos presos em cumprimento de mandado (preventivos, temporários e definitivos) no Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (Nugesp), em Porto Alegre.

A medida tinha como objetivo conter a superlotação do local, determinando que apenas detidos em flagrante sejam aceitos na unidade, que deveria funcionar como centro de triagem e porta de entrada do sistema prisional. Segundo o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS), o Nugesp abrigava pessoas custodiadas por mais de 15 dias, descumprindo os limites previstos.

Sem a possibilidade de encaminhar detentos ao núcleo, as forças de segurança viram o problema ser transferido para as delegacias. Dados atualizados na manhã desta quinta-feira pelo Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores de Polícia (Ugeirm) apontavam que 76 presos aguardam vagas no sistema prisional, amontoados em celas de delegacias ou em viaturas da Brigada Militar estacionadas nas ruas.

A situação mais alarmante é registrada no Palácio da Polícia, na 2ª Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA) da Capital. No local, 15 detentos dividem o espaço, com nove em celas e seis em viaturas. A Ugeirm denuncia que há suspeitos esperando há três dias nas delegacias e alerta para questões humanitárias e de saúde, incluindo a custódia de um paciente com tuberculose e outro com necessidade de hemodiálise na 2ª DPPA.

A Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul (Asdep) alertou para os riscos imediatos, como o adiamento de operações contra o crime organizado, uma vez que não há para onde levar novos presos. O presidente da entidade, Guilherme Wondracek, criticou duramente a gestão da crise.

“O governo do Estado assiste passivamente ao Judiciário fechar a porta de entrada do sistema prisional sem oferecer alternativas. A Polícia Civil vai fazer o que com esses 76 presos e com os próximos que virão das operações? Vamos deixá-los no Palácio Piratini? Delegacias não são presídios, viaturas não são celas e delegados e policiais não são carcereiros. A omissão do Executivo está devolvendo criminosos às ruas e deixando a população à mercê da sorte”.

Ao comentar a determinação judicial, Wondracek, preferiu não analisar os méritos jurídicos da medida por admitir desconhecer seus motivos, mas classificou o cenário gerado de imediato como “um caos”. Em sua avaliação, “a Justiça poderia ter adotado uma postura diferente para evitar que o problema transbordasse para as ruas”.

Apesar das ressalvas à postura da Justiça, Wondracek destacou que não sabe se houve esforço estadual para reverter a determinação judicial e atribuiu o colapso estrutural à falta de gestão do governo do Estado. “A culpa exclusiva disso é do atual governo que, em quase oito anos de gestão, não aumentou o número de vagas. Faz muita propaganda se enaltecendo pelos índices de criminalidade reduzidos, mas esqueceu de aumentar o número de vagas”, enfatizou.

Ao ser questionado sobre a decisão, o TJ/RS afirmou que mudanças só ocorrerão se o Estado entrar com algum recurso. A Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS), por sua vez, informou, através de uma nota oficial, que a determinação judicial de suspender a entrada de presos por mandado no Nugesp está sendo integralmente cumprida, ao mesmo tempo em que medidas jurídicas cabíveis estão sendo avaliadas para apresentar alternativas de recursos.

O órgão justificou que o fluxo de detentos é dinâmico e que as eventuais permanências temporárias fora das unidades prisionais representam oscilações momentâneas, que vêm sendo ajustadas de acordo com a liberação diária de vagas. A pasta destacou ainda que o governo estadual está promovendo a maior expansão do sistema prisional gaúcho, com investimentos de mais de R\$ 1,4 bilhão para criar ou requalificar mais de 12 mil vagas, e reforçou seu compromisso em atuar de forma responsável para conciliar o cumprimento das decisões da Justiça com a preservação da segurança pública.